

# Governo não aceita

JORNAL DE BRASÍLIA *dívida Externa*

# sugestão de moratória

O governo do presidente Sarney não está disposto a acatar as sugestões de alguns dos líderes do PMDB, no sentido de declarar uma moratória da dívida externa, ainda que temporária. A intenção do governo é a de buscar com os credores do país, no exterior, uma solução negociada para o pagamento da dívida externa.

A informação foi concedida ontem por assessores do presidente Sarney, que destacam que esta solução negociada, entretanto, passa por uma redução substancial dos juros remetidos para o exterior. As negociações da dívida externa brasileira, que serão retomadas no próximo mês, serão orientadas por alguns pontos já definidos pelo governo, e que são os seguintes:

1) — O governo brasileiro não abre mão de garantir a retomada do crescimento econômico, a níveis médios de 6 a 7%, como forma de garantir também o aumento da oferta de empregos no país e a continuidade das políticas de redistribuição de renda;

2) — O país não tem condições de continuar remetendo para o exterior, a título de pagamento de juros da dívida externa, de 4 a 5% do seu Produto Interno Bruto (PIB), estimado entre US\$ 10 bilhões a US\$ 11 bilhões de dólares. O nível máximo de remessa de recursos para o exterior, compatível com as taxas de crescimento buscadas pelo país, é de 2% do PIB, cerca de US\$ 4,6 bilhões de dólares (atualmente o país paga US\$ 10 bilhões em juros para o exterior).

3) — O país pode continuar pagando os «spreads» mais elevados do mundo como ocorre atualmente, pois se considera um devedor exemplar, que vem cumprindo à risca todos os seus com-

promessos. O nível máximo de «spread» (taxa de risco) permitido pelo governo é de 0,825%.

4) — O governo brasileiro não aceita mais ter de renegociar a dívida externa do país mediante uma política de «conta gotas». Isto é, apenas parcelas do devido. Pretende renegociar todo o estoque de dívida de uma só vez, e sob condições que não sufoquem a capacidade de desenvolvimento do país.

28 NOV 1986

5) — O governo considera que os prazos ideais para o pagamento da dívida externa não podem ser inferiores a 15 anos.

6) — O Brasil não pode mais se conformar com a atitude dos banqueiros estrangeiros, que insistem em incluir o país na «lista negra» dos devedores. Segundo entende o governo, já é mais do que o momento apropriado de o Brasil sair desta lista e passar a disputar normalmente o fluxo de empréstimos voluntários do mercado financeiro internacional.

7) — O Brasil é um país soberano e, como tal, não aceita nenhuma forma de monitoramento na condução da sua política econômica. O governo considera que ninguém melhor que os próprios brasileiros são capazes de definir a forma, o método e a amplitude dos ajustes econômicos que precisam ser feitos no país. Para o governo brasileiro, não pode haver discriminação nos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) entre os seus membros. Todos os países, independentemente do número de quotas que detém destes organismos e do grau de desenvolvimento que registram, devem ser tratados de forma igual.